

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO NORTE | ADMINISTRATIVO

Acórdão

Processo

03205/18.4BEPRT

Data do documento

28 de fevereiro de 2020

Relator

Ricardo De Oliveira E Sousa

DESCRIPTORIOS

Inimpugnabilidade > Junta médica > Dever de fundamentação > Discricionariedade técnica

SUMÁRIO

I- É inimpugnável uma pronúncia esclarecedora emitida pela Administração que não assume relevância num qualquer procedimento administrativo, no sentido de que não detém o caráter de uma pronúncia instrumental ou instrutória de uma decisão final que possa irremediavelmente limitá-la, como sucede com os pareceres vinculativos.

II- Não se mostra devidamente fundamentado o ato administrativo que indefere o pedido de aposentação do Autor quando o mesmo se baseia em parecer da Junta Médica de Recurso que não atende ou rebate a diversa documentação clínica junta pelo Autor tendente a demonstrar a realidade contrária plasmada no apontado parecer, ou seja, a sua incapacidade para o serviço. *

* Sumário elaborado pelo relator.

Fonte: <http://www.dgsi.pt>